



## **(DES)CONSIDERAÇÕES DA ESQUERDA INTELECTUAL BRASILEIRA SOBRE O CAMPO E O CAMPESINATO**

## **(DIS)REGARD OF BRAZILIAN INTELLECTUAL LEFT ON THE COUNTRYSIDE AND THE PEASANTRY**

## **(DES)CONSIDERACIONES DE LA IZQUIERDA INTELECTUAL BRASILEÑA SOBRE EL CAMPO Y EL CAMPESINATO**

*DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.185-204*

### **Jânio Roberto Diniz Santos**

Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Campus de Vitória da Conquista  
E-mail: jandiniz@yahoo.com.br

### **Suzane Tosta Souza**

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Campus de Vitória da Conquista  
E-mail: suzanetosta@gmail.com

### **Alexandrina Luz Conceição**

Professora Emérita da Universidade Federal de Sergipe (UFS)  
E-mail: aluzcon@hotmail.com

#### **RESUMO:**

O debate sobre o campo brasileiro assume nova dimensão a partir da segunda metade do século 20, dadas as transformações significativas ocorridas nesse espaço, em um contexto de expansão e acumulação de capital, modificando as relações sociais existentes até então. No entanto, apesar da efervescência política ocorrida no campo – a exemplo dos movimentos organizados de luta pela terra – como as Ligas Camponesas, no âmbito acadêmico, os debates sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil evidenciam, predominantemente, os espaços urbanos e a classe proletária – enquanto aquela que produz valor e que, portanto, ocuparia papel central no processo revolucionário, repercutindo em um certo descrédito e subordinação dos sujeitos camponeses nesse processo. É nesse contexto que se inicia o debate proposto por intelectuais como: Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Junior, Jacob Gorender e, mais recentemente, José de Souza Martins, Márcia Mota, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, dentre outros, destacando a efervescência existente no campo brasileiro e a necessidade dos pesquisadores se debruçarem sobre essa realidade.

**Palavras-chave:** Campo; Campesinato; Capitalismo; Relações de Produção; Reprodução da Vida.

---

#### **ABSTRACT:**

The discussion on the Brazilian countryside takes on new dimension from the second half of the twentieth century, given the significant changes that have occurred in this space, in a context of expansion and capital accumulation, modifying the existing social relations until then. However, despite the political occurred in the countryside - the example of organized movements of struggle for land - as the Peasant Leagues, within academic sphere, the discussions on the development of capitalism in Brazil predominantly show the urban spaces and the proletarian class - while the one that produces value and that, therefore, occupies a central role in the revolutionary process, reflecting in a certain discredit and subordination of peasant subjects in this process. It is in this context that starts the discussion proposed by scholars such as: Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Junior, Jacob Gorender and, more recently, José de Souza Martins, Márcia Mota, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, among others, highlighting the effervescence prevailing in the Brazilian

countryside and the need of researchers that deal with this reality.

**Keywords:** Countryside; Peasantry; Capitalism; Relationships of Production; Reproduction of Life.

---

**RESUMEN:**

El debate a respecto del campo brasileño asume una nueva dimensión a partir de la segunda mitad del siglo XX, dadas las transformaciones significativas ocurridas en ese espacio, en un contexto de expansión y acumulación de capital, modificando las relaciones sociales existentes hasta entonces. Sin embargo, a pesar del fervor político ocurrido en el campo – como en el ejemplo de los movimientos organizados de lucha por la tierra – como las Ligas Campesinas, en el ámbito académico los debates sobre el desarrollo del capitalismo en Brasil evidencian, predominantemente, los espacios urbanos y la clase obrera – en cuanto aquella produce un valor y que, por tanto, ocuparía un papel central en el proceso revolucionario, repercutiendo en un cierto descrédito y subordinación de los sujetos campesinos en ese proceso. Es en ese contexto que se inicia el debate propuesto por intelectuales como: Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Junior, Jacob Gorender y, más recientemente, por José de Souza Martins, Márcia Mota, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, entre otros, evidenciando el fervor existente en el campo brasileño y la necesidad de que los investigadores se desdoble a respecto de esa realidad.

**Palabras clave:** Campo; Campesinato; Capitalismo; Relaciones de Producción; Reproducción de la vida.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo parte das discussões realizadas sobre o campo brasileiro, junto ao Grupo de Pesquisa Trabalho, Mobilidade e Relação Campo Cidade na Produção do Espaço (LEAU-UESB), ao se constatar certa negligência ou mesmo preconceito dos setores da esquerda intelectual brasileira em considerar ou admitir o papel político do campesinato, tanto no campo quanto na sociedade brasileira como um todo, dado, sobretudo, a centralidade em torno do papel revolucionário a ser desempenhado pelo proletariado, no âmbito da análise marxista, na perspectiva da superação da ordem societal do capital, e do papel simplório, ou mesmo ‘conservador’, atribuído ao campesinato nesse processo.

Por outro lado, evidencia-se, também, uma forte influência nos setores intelectuais em se compreender as transformações impostas por um processo de industrialização e, conseqüente, urbanização da maior parte da sociedade brasileira e o deslocamento do foco analítico para esses espaços, em detrimento da efervescência do conteúdo político e dos conflitos de classes que marcam o campo brasileiro. Nesse aspecto, reforçam a análise do urbano como possibilidade e do campo, não raramente, vinculado a um conteúdo a ser superado, posto vinculado a um outro modo de produção.

A hipótese que o referido artigo adota é que: um possível ‘abandono’ do campo – como *locus* da vida societal – e uma certa centralidade das análises sobre os processos de produção concentrados, sobretudo, no espaço urbano, serviu para um certo preconceito para com os sujeitos que se reproduzem no campo – os camponeses e, ao mesmo tempo, abre diversas possibilidades analíticas sobre esse espaço, inclusive no campo da esquerda intelectual brasileira, não raras vezes

(des)considerando tais sujeitos no sentido da possibilidade de um despertar da consciência de classe e de uma ação política voltada para o questionamento da ordem dominante.

Em muitas dessas análises, chega-se ao absurdo de se apontar essa classe unicamente como conservadora e sua luta em torno da reprodução da propriedade privada sobre a terra – desconsiderando o fato de que, para o campesinato, a terra constitui-se em lugar de vida e trabalho, não como possibilidade de extração de renda e lucro através da exploração do trabalho de outros. Também é possível se verificar a defesa de um processo de proletarização do campesinato e de expansão total do trabalho assalariado no campo, como condição a eclosão de um processo revolucionário.

Diferente de tais análises, o presente artigo busca se sustentar na realidade histórica e social e ler o processo de reprodução camponesa no Brasil, nas próprias contradições inerentes a esse modo de produção, sem desconsiderar, entretanto, o papel político historicamente desempenhado por esses sujeitos em luta pela terra, ou para nessas permanecerem, ou mesmo no questionamento a essa ordem dominante pautada na exploração do trabalho por meio da extração da *mais valia* e da renda da terra. Por outro, aponta também um processo crescente de sujeição da produção camponesa ao capital, destacando os desafios postos a essa classe como condição para a sua permanência no campo na atualidade.

## 2 CONTEXTO DE RETOMADA DAS ANÁLISES SOBRE O CAMPO

De acordo com João Pedro Stédile (2005) foi a partir de meados do século 20 que o debate sobre o campo brasileiro ocupou posição de destaque nos setores da esquerda brasileira, sobretudo com a ação dos partidos políticos – que tinham um projeto de crítica ao capital e (ainda) representavam os interesses da classe trabalhadora. Isso se dá no âmbito em que o país já contava com sérios problemas no campo, frente à estrutura agrária bastante concentrada, e a expulsão de grande parte da massa camponesa, bem como a abertura do campo para o desenvolvimento de novos projetos do capital.

Essa pequena ou nenhuma importância dada pela esquerda e pela intelectualidade brasileira, em relação aos sujeitos que se reproduziam no campo, em muito se deve ao apego a determinadas teorias de base marxista (em destaque os estudos realizados por Vladimir Lênin e Karl Kautsky, elaboradas em outros contextos históricos), na quais o proletariado era visto como única e fundamental classe para superar o capitalismo, enquanto o campesinato era considerado como apêndice no processo de transformação social, já que não apresentaria as condições históricas de



serem protagonistas do processo, ficando a reboque da classe operária. Ou mesmo eram vistos como classe conservadora – aliada das classes proprietárias, ou como classe em vias de extinção – dada predominância absoluta do trabalho assalariado no campo. Sobre isto, Martins (1981) destaca que:

É no contexto [...] que as lutas camponesas têm sido classificadas politicamente e têm sido vistas sob fortes suspeitas e descrédito. Com frequência, a discussão sobre a relação entre o campesinato e a política repousa na pressuposição de que o campesinato é estranho a política e é melhor que assim permaneça. O que se liga à suposição de que, no processo político, o campesinato só pode ter uma presença passiva e subordinada – isto é, subordinada à perspectiva, ao jogo e aos interesses de outra classe social (conservadoramente, à burguesia ou os proprietários de terra; revolucionariamente, ao proletariado). A possibilidade de o campesinato falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista. (MARTINS, 1981, p. 12)

No âmbito desse debate, as interpretações sobre o campo brasileiro apontavam para diversas direções, que enfocavam desde os que analisavam a realidade agrária existente como entrave ao desenvolvimento do capitalismo, e até da existência de resquícios feudais, que tinha em Alberto Passos Guimarães (em *Quatro Séculos de Latifúndio*) e Maurício Vinhas (*Problemas agrário camponeses do Brasil*) seus principais expoentes; até aqueles que defendiam a posição de que no Brasil nunca existiu feudalismo, em que as relações sociais e de produção não se constituíam entraves ao desenvolvimento do capitalismo, que teve como uma de suas principais referências o historiador Caio Prado Júnior (com destaque para a obra *Formação do Brasil Contemporâneo*).

O debate é retomado na década de 1970, através das análises de Jacob Gorender, que passa a propor que o que existia no Brasil Colonial não era capitalismo e sim um modo de produção escravista colonial (defendendo sua tese na obra *O escravismo Colonial*); contrariando a tese de Caio Prado – que defendia que o Brasil já era capitalista, tendo desempenhado papel fundamental na acumulação de capital da Europa.

Para Stédile (2005), o primeiro grande debate que elaborava teses e ideias sobre as origens e as características da posse, propriedade e uso da terra só vai acontecer na década de 1960. Um desses estudos mais significativos foi elaborado, antes da década de 1960, pelo professor da Universidade de São Paulo (USP), Robert Simonsen, que concluía, através de um estudo sobre a história econômica do país, pelo predomínio de relações de produção capitalistas no campo brasileiro. Esse debate, segundo Stédile (2005), veio no bojo da primeira grande crise do modelo de industrialização dependente que foi imposto ao Brasil, como condição para o desenvolvimento, acrescido de uma série de mobilizações sociais, disputa entre as classes sociais e tentativas de superação da crise.

### 3 BREVE LEITURA DAS TRÊS PRINCIPAIS TESES SOBRE O CAMPO BRASILEIRO

De acordo com Motta (2006), na década de 1950 a matriz predominante no Partido Comunista Brasileiro (PCB) defendia que a sociedade brasileira apresentava características semicoloniais e semifeudais, em que com base na utilização das teses Leninistas defendia que o país deveria passar por uma Revolução Democrático-Burguesa a fim de varrer os traços feudais, e com eles os representantes do imperialismo e do latifúndio. Um dos primeiros teóricos a defender tal ideia foi Nelson Werneck Sodré, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), na tentativa de buscar explicações para o subdesenvolvimento no país. Nesse sentido, defendia que a sociedade brasileira era marcada pela servidão de grande parte da população que vivia no campo.

O feudalismo havia se inserido no país às margens do regime escravista, produtor de gêneros para a exportação. A decadência da produção escravista (como por exemplo, a falência das fazendas de açúcar) e a própria abolição da escravatura, ao não alterarem a forma de apropriação da terra, teriam ampliado a dominação feudal no campo. A imigração de trabalhadores no final do século XIX não aceleraria a transformação das relações de trabalho, já que o latifúndio persistiu enquanto forma majoritária de apropriação da terra (SODRÉ, 1976 *apud* MOTTA, 2006, p. 43).

Assim, as relações escravistas cedem lugar a relações feudais e semifeudais, em que se tem o crescimento de uma população de pequenos lavradores e criadores, muito dos quais escravizados, que segundo Sodré (1976) não tinham participação no mercado, face a fragilidade da produção – que servia apenas para alimentar as famílias, o que, em um certo ponto, contradiz com a análise desenvolvida por Palácios (2004) quando ao analisar comunidades camponesas, na Capitania de Pernambuco, ainda no século 18, como também ao longo do século 19, conclui que os camponeses desenvolveram formas de organização social e relações de produção que lhes permitiram, inclusive, participar de um mercado interno, e mesmo de um mercado externo, por meio do contato com traficantes, em que comercializavam, sobretudo, a mandioca e o tabaco.

Também aceitando a existência do feudalismo no Brasil, Alberto Passos Guimarães escreve no ano de 1963 o livro *Quatro Séculos de Latifúndio*, quando a situação conjuntural apontava, pela primeira vez, na história do país, para a realização de um amplo programa de reforma agrária, pelo então presidente João Goulart, o que na leitura de Guimarães significaria uma verdadeira revolução, capaz de promover um acelerado desenvolvimento do capitalismo em bases nacionais. Essa reforma agrária, portanto, seria a responsável pela destruição dos traços semifeudais do latifúndio, que



garantia a subordinação econômica, política e jurídica dos camponeses aos proprietários latifundiários.

Para Motta (2006), considerando os trabalhos desenvolvidos por Sodré e Guimarães, o segundo analisou de forma mais pormenorizada as camadas sociais estranhas ao binômio senhor/escravo, dando visibilidade aos posseiros e à luta desses sujeitos sociais pela posse da terra, o que segundo a autora constitui-se na maior contribuição do autor. No entanto, ao considerar esses sujeitos sociais que se reproduziam no campo – através do trabalho na terra – e que nós consideramos camponeses, Guimarães os via como resquícios de um outro modo de produção e que, portanto, mediante o desenvolvimento de relações capitalistas no campo – tenderiam ao desaparecimento.

De acordo com Guimarães (1974) *apud* Stédile (2004), seria um equívoco pensar que o fato da Europa, na época do descobrimento, encontrar-se em pleno florescimento do mercantilismo, que essas mesmas condições se desenvolveriam no Brasil, quando ao invés de vivenciar os traços do feudalismo decadente, seriam reproduzidas as mesmas condições da economia mercantil em formação. Considera que o sistema colonial tende a transportar para o território conquistado os elementos regressivos do país dominante, exportando para as colônias processos econômicos e instituições políticas que assegurasse a perpetuação de seu domínio, instituições essas atrasadas e opressivas.

Para Guimarães (1974), o fracasso das primeiras tentativas de colonização ocorre pela impossibilidade de uma simples transposição para o Novo Mundo de todos os componentes da estrutura produtiva da economia medieval. Assim sendo, a metrópole decide colocar nas mãos da fidalguia os imensos latifúndios que surgiram dessa partilha, com o propósito de lançar nessa colônia os fundamentos econômicos da ordem de produção feudal, ignorando o fato de que, para garantir o processo de ocupação do território, o governo português não tivesse em mãos nenhum outro atrativo a não ser a imensidão de terras disponíveis, oferecendo vantagens a essa população que migrasse para o Brasil (que deveriam ter vultosos recursos para investir nas imensas áreas concedidas), além da necessidade de explorar o território economicamente e garantir as fronteiras frente às constantes possibilidades de ataques por parte dos outros países da Europa, em plena expansão mercantil<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Questionando a análise desenvolvida por Simonsen (1937) Guimarães (1974) *apud* Stédile (2004) destaca que: “Como se vê, Simonsen não se contentara em negar o caráter feudal do regime implantado no Brasil - Colônia; e, indo mais além, deu por extinto, já no começo do século 16, o feudalismo em Portugal” (p. 40). Assim sendo, não basta, para Guimarães à presença de algumas categorias para caracterizar como capitalista o regime econômico de Portugal.

No sistema de plantação, como aliás no conjunto de uma economia pré-capitalista do Brasil-Colônia, o elemento fundamental, a característica dominante à qual estavam subordinadas todas as demais relações econômicas, é a propriedade agrária feudal, sendo a terra o principal e mais importante dos meios de produção. (GUIMARÃES *apud* STÉDILE, 2004, p. 46).

Afere-se que, segundo Guimarães (1974), a relação com a terra, ou melhor, com o tamanho das propriedades, seria fundamental para se compreender o modo de produção que se estabelecia no Brasil. Dessa forma, o fato de dispor de grandes propriedades – que lembre os feudos, já seria uma característica marcante desse modo de produção, como se no capitalismo não fosse possível a existência de grandes propriedades. A experiência europeia, com base nas pequenas e médias propriedades, não aconteceu, nos mesmos moldes, em países que sofreram um processo de colonização, como no Brasil, de enormes porções territoriais, e cujas dificuldades da Coroa de promover a ocupação desse território foi que definiu a existência de grandes faixas de terras, posteriormente transformadas em propriedades privadas.

Ao definir com base no tamanho das propriedades rurais o modo de produção existente, Guimarães (1974) distancia-se do processo histórico, que resultou em uma desigual distribuição das terras, como o que acontece no Brasil. É o modo de produção e sua necessidade de acumulação quem determina as relações sociais e de produção, assim como a distribuição da terra, e não os tamanhos das propriedades que define o modo de produção. A forma como o capitalismo desenvolveu-se no Brasil não foi a mesma em que se desenvolveu na Europa, por isso é preciso que se considere qual o papel que o Brasil desempenhou nesse processo de produção e acumulação de capital, e quais as condições históricas que fizeram com que o capitalismo brasileiro se sustentasse, historicamente, na grande propriedade privada, como possibilidade de garantia da exploração do trabalho e da sujeição da renda camponesa ao capital.

Para Guimarães (1974), não são as contradições do capitalismo que engendram relações não capitalistas de produção, a fim de se apropriar do trabalho, mas sim, a espoliação imperialista – que é a causa histórica do atraso semifeudal de nossa agricultura. Por isso, o Brasil não conseguiria chegar a um patamar mais elevado – capitalista, como se o capitalismo, no seu processo de realização, não reproduzisse e se apropriasse do “atraso”.

Ao destacar os caminhos possíveis para o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, Guimarães (1974) deixa clara a existência de duas possibilidades: ou isso se faz de modo revolucionário ou de modo reformista. Para tanto, o proletariado e as forças mais progressistas da sociedade brasileira devem apoiar as transformações burguesas no campo, que resultem na destruição dos laços do feudalismo, na destruição das formas pré-capitalistas. É visível, na



afirmativa, a transposição de teorias desenvolvidas para outros momentos históricos, a exemplo da luta de classe ocorrida na França, no século 18, e bastante tratada por Marx (1997) em *O 18 Brumário*, para tentar explicar a história do Brasil, que se dá em um contexto bem diferenciado.

Aceitando a análise de Guimarães (1974 e 1979) poderíamos perguntar: quem seria essa burguesia, a quem o proletariado deveria unir-se, tendo em vista que mesmo no momento em que ela se consolida jamais esteve em lado oposto aos interesses dos latifundiários, ou, muitas vezes, acabam sendo a mesma pessoa? Onde caberia o campesinato, se esse é produto das relações feudais? Em sendo, teriam que ser extintos também, de modo que as relações capitalistas pudessem desenvolver-se plenamente? Ou esses seriam uma classe necessária no campo, embora não necessariamente capitalista? A análise nos parece permeada de contradições, ou seria melhor dizer que essas não consideram, exatamente, as contradições do modo de produção capitalista?

É *mister* destacar que há uma preocupação, na análise de Guimarães (1979), quanto às condições apresentadas a população camponesa, sobretudo pelo não acesso à terra o que é destacado também no livro *A Crise Agrária*, quando além de demonstrar a necessidade da reforma agrária, por via do ataque direto ao latifúndio (de características feudais), deixa clara a aceitação de que além da terra, a industrialização<sup>2</sup> pode ser vista como uma solução de emprego para aqueles que migraram do campo em direção as cidades, não se distanciando das leituras desenvolvimentistas da época. Para ele,

A população camponesa e assalariada, que a miséria rural atira no nomadismo e no subemprego, cresce todos os dias e, tendo sido estimada há algum tempo em 6 ou 7 milhões, cedo poderá atingir 10 milhões. O número de subempregados, isto é, dos que se mantêm fora da economia monetária, somados aos que não conseguem mais de 100 dias de trabalho por ano e aos que não ganham além de um ou dois salários mínimos, atingem um percentual surpreendentemente elevado da força de trabalho nacional. O crescimento dessa população miserável não será impedido pela imposição de medidas anticoncepcionais, pois o planejamento familiar só pode institucionalizar-se como uma consequência natural do desenvolvimento da sociedade e quando o nosso país atingir o equilíbrio demográfico adequado as nossas condições geográficas, econômicas e sociais. Não haverá outra solução para os excedentes relativos da população fora da criação para eles de novas oportunidades de trabalho: no campo, por meio da distribuição da terra e de outros meios de produção; nas cidades, através da expansão do desenvolvimento industrial (GUIMARÃES, 1979, p. 21/22).

<sup>2</sup> Para Stédile (2004, p. 30), “Dessa forma, a lógica do modelo de industrialização dependente atuava de forma contraditória e complementar, em que os camponeses, ao mesmo tempo em que se reproduziam e se multiplicavam enquanto classe, tiveram parcelas crescentes de seus membros migrando para as cidades e se transformando em operários”.



Quanto às soluções apontadas pelo autor, discorda-se, dentre outras coisas, da leitura que coloca a industrialização como caminho para a superação da situação brasileira de “subdesenvolvimento”, apostando em um projeto nacionalista e desconsiderando que o processo de produção de capital se estabelece de forma mundial, o que significa dizer que tal projeto de industrialização não aconteceria de forma independente, inclusive de seu conteúdo de classe. Não é apenas a distribuição de terras e a industrialização que vão dar possibilidades de melhorias das condições de vida dos trabalhadores assalariados e camponeses, mas a transformação da própria sociedade sob a égide da reprodução ampliada do capital. A concentração da terra é vista não dentro das contradições da forma de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mas como resquício do feudalismo. Daí a necessidade de distribuir a terra, a fim de romper com as relações feudais, e não como forma de superação da sociedade capitalista, como se essa fosse avançada e benéfica.

Ao focar a questão da reforma agrária, a impressão que Guimarães passa é a de uma ação mais voltada às demandas do capital, do que aos interesses dos trabalhadores assalariados e camponeses sem terra – que viviam em precárias condições de vida nas cidades. No entanto, é preciso considerar que as expectativas da realização de uma reforma agrária no Brasil, no Governo de João Goulart, são frustradas com Golpe Militar de 1964, apoiado pela burguesia, e por amplos setores da classe média, em aliança com o capital estrangeiro; sem alterar o poder dos latifundiários, o que fez retroceder as lutas por Reformas de Base.

Por outro lado, as interpretações no próprio âmbito do Partido Comunista não são unânimes e vozes como a de Caio Prado apresenta-se como um contraponto a análise de Guimarães, Sodré e outros, negando a existência de características feudais no país e entendendo que nesse prevalecia a forma desigual na qual se desenvolve o modo de produção capitalista, desde a sua gênese. Esse pensamento é expresso no livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, quando Prado (1972) busca desvendar o sentido da colonização brasileira. Essa colonização, na verdade, funcionava como uma empresa comercial que visava explorar o território colonial para o enriquecimento europeu (da metrópole). A colônia se inseria, portanto, no plano internacional, sendo, também, capitalista.

Não há como esperar do desenvolvimento do capitalismo na agropecuária brasileira e muito menos da extinção da parceria uma elevação dos padrões da massa trabalhadora rural. Essa elevação somente virá através da luta desses trabalhadores, sejam quais forem suas relações de trabalho e natureza da remuneração que recebem, por melhores condições de trabalho e de vida. O maior embaraço, de natureza econômica e de ordem geral no caminho dessa luta, é sem dúvida a concentração da propriedade agrária que, segundo vimos, contribui fortemente para colocar o trabalhador em posição muito desfavorável. Não existe para ele outra alternativa de ocupação e maneira de alcançar seus meios de subsistência que se colocar a serviço da grande propriedade e aceitar as condições que lhe são



impostas. Essa alternativa somente se apresentará em proporções capazes de influir no equilíbrio do mercado de trabalho e da oferta e procura de mão-de-obra rural, quando o acesso dos trabalhadores à propriedade agrária se tornar uma possibilidade que hoje praticamente não existe (PRADO, 1972 *apud* STÉDILE, 2004, p. 80).

Partindo da análise dialética Caio Prado expõe as contradições do processo de apropriação do território brasileiro, marcado, por um lado, por uma reduzida minoria de grandes proprietários – que detêm o monopólio da terra e, de outro, uma grande massa de trabalhadores que precisam da terra para conseguir seus meios de subsistência, daí a importância da reforma agrária – como forma de proporcionar o acesso à propriedade da terra aos trabalhadores rurais.

Por outro lado, embora Caio Prado defenda a reforma agrária como possibilidade de melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo, essa defesa se faz considerando o avanço do capitalismo no Brasil e o processo de proletarização, que por sua vez, pouco ou nenhum relevo dá ao campesinato, já que o que se tem no Brasil, desde o início da colonização, são relações capitalistas de produção. O autor acaba defendendo que o desenvolvimento desse modo de produção resultará em um processo de proletarização, em que os camponeses se tornam trabalhadores assalariados. Daí o fato de considerar que a reforma agrária iria, na verdade, beneficiar os trabalhadores assalariados, acreditando que esse já se proletarizou, e encontra-se no processo produtivo na condição de vendedor de sua força de trabalho, de tipo capitalista; esse desenvolvimento capitalista puro, “que se realiza no salariado sem traço algum de “restos feudais”: o bóia-fria, apelido que já diz tudo” (PRADO, 1978, p. 09). Destaca ainda que a grande exploração de tipo comercial tende a se expandir “[...] e absorver o máximo de terras aproveitáveis, eliminando lavradores independentes, proprietários ou não, bem como suas culturas de subsistência” (p. 31).

Embora se possa considerar significativo o avanço do capitalismo no campo e as tentativas desse de se impor a todos os setores e grupos sociais, não se pode esquecer que: 1º) o capitalismo se desenvolve movido por contradições, assim sendo, interessa ao próprio capitalismo reproduzir as relações não capitalistas, camponesas, de produção e se aproveitar dessa força de trabalho e, 2º) que os camponeses não são apenas expropriados, mas também buscam reagir à lógica do capital, cujos exemplos se multiplicam ao longo da história. Tem-se no campo, portanto, duas vias fundamentais (embora de modo algum excludentes) que nos permite pensar a reprodução/sujeição do campesinato em uma sociedade capitalista.

Também se utilizando do arcabouço teórico marxista e do método dialético Martins (1998) elabora críticas a Caio Prado, exatamente por conta deste autor apontar que com a crise do trabalho escravo as relações de trabalho passariam a ser desenvolvidas por trabalhadores livres,

negligenciando, uma série de relações de trabalho que não podem ser definidas como, simplesmente, capitalistas, a exemplo: do colonato, das parceiras, etc. Por isso, Martins (1998) observa que:

Um dos mais prestigiosos historiadores brasileiros, Caio Prado Júnior, observa que a lavoura cafeeira baseou-se “na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros, substituídos mais tarde [...] por trabalhadores assalariados. Mais adiante acrescenta que, com o abandono do sistema de parceria, a remuneração do trabalho “deixará de ser feita com a divisão do produto, passando a realizar-se com o pagamento de salários” (p. 09).

Assim, para Martins (1998), verifica-se a tentativa de classificar com relações capitalistas aquelas que não são, ou não são puramente capitalistas, descartando “a reconstituição das relações, tensões e determinações que se expressam nas formas assumidas pelo trabalho” (p. 11). Por isso, o autor passa a defender, com base nas contradições que determinam o movimento da sociedade capitalista, a hipótese de que o capitalismo, na sua expansão, “[...] não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução” (p. 20).

Caio Prado foi também criticado por Motta (2006) para quem o autor, preocupado em entender o país por meio de seus vínculos externos, acabou sendo contraditório em sua avaliação sobre as camadas intermediárias da sociedade escravista. Ainda que “[...] considerasse a existência da agricultura de subsistência, incluída nos domínios da grande lavoura, o autor enfatizaria também a impossibilidade de uma existência digna do homem livre” (MOTTA, 2006, p. 45). Para essa autora, em *História Econômica do Brasil*, a ênfase de Caio Prado voltava-se à crise do modelo escravista e a ameaça ao poder dos grandes proprietários de terra; já em *Revolução Brasileira*, publicado no ano de 1966, o autor destaca os erros teóricos daqueles que defendiam a “tese feudal” para o Brasil, apoiando-se na base teórica marxista. Em *A Questão Agrária*, do ano de 1978, o destaque de Caio Prado se dá ao processo de proletarização no campo e à supremacia da força de trabalho de tipo assalariada, capitalista, no campo brasileiro. De fato, pouca ou nenhuma ênfase é dada às relações de produção não capitalistas, com base nas próprias contradições do capitalismo, assim como, as diversas formas de resistência dos camponeses, pela posse da terra, no campo brasileiro.

Ainda assim, conforme destaca Motta (2006), alguns autores se voltam à compreensão e o centro de suas análises para esses homens (e mulheres) pobres e livres, como é o caso de Vioti da Costa (1982), com a publicação *Da senzala a Colônia*, que ao analisar a marcha avassaladora do latifúndio, destaca:



[...] O processo de desapropriação dos pequenos proprietários. Alguns seriam incapazes de resistir ao mecanismo jurídico de apropriação da terra pelos grandes fazendeiros, tornando-se agregados à propriedade. Nem todos, no entanto, se submeteram passivamente à sua transformação em agregados, pois “o processo de desapropriação, a que foram submetidas às populações mais pobres, não se deu sem conflitos e resistências” (DA COSTA, 1982 *apud* MOTTA, 2006, p. 48).

Por outro lado, Motta (2006) elabora uma crítica a análise desenvolvida por Martins (1998) sobretudo no que se refere à substituição do trabalho escravo pelo trabalhador de tipo “livre”, pois para Martins não seria essa força de trabalho substituída nem pelo escravo (que identificaria a liberdade com o não trabalho) e nem pelo homem livre nacional, uma vez que esse também se desagregou quando o mundo do cativo esboroou, porque sua liberdade era fundamental na escravidão de outros. Para Motta (2006) o homem pobre livre se recusou a trabalhar nas fazendas de café não porque confundisse o trabalho com a escravidão, mas por compreender que essa era uma das últimas alternativas possíveis na luta pela sobrevivência. Por isso, considera que Martins (1991)<sup>3</sup> deu pouca visibilidade aos camponeses de outrora, antepassados dos camponeses de nossos dias, e maior ênfase nos trabalhadores assalariados de hoje.

Pode-se considerar que embora, em determinadas obras, José de Souza Martins tenha dado ênfase aos trabalhadores assalariados e as formas que esses buscam para lutar pela terra, isso não significa relegar, a segundo plano, os camponeses. Tanto é que o autor possui obras reconhecidas sobre os camponeses, a exemplo de *Os Camponeses e a Política no Brasil* (1981), em que destaca o papel político desempenhado, historicamente, por essa classe social no campo brasileiro, buscando, por meio do método dialético, entender a realidade, inclusive questionando as teorias que não viam lugar, na História, para esses sujeitos sociais.

Discordamos da análise de Motta (2006) quando aponta como perspectiva de compreensão para o campo brasileiro os chamados “recortes regionais” realizados pelos historiadores “ratos de arquivo” responsáveis, segundo a autora, em dar visibilidade aos homens que ajudaram a construir o mercado interno e desenvolveram estratégias de sobrevivências no campo. Embora considerando a importância dos estudos que se debruçam nos documentos históricos como forma de desvendar a realidade, considera-se que não se trata apenas de pensar na “tradição cultural”, como bem destaca a autora, muito menos reforçar as análises regionais (já tão criticadas na própria Geografia) quando se trabalha a localidade fora do contexto da totalidade das relações sociais, nas quais a singularidade

<sup>3</sup> O que segundo Motta (2006) encontra-se explícito em obras do autor como: MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. 3ª ed. (Revista e Ampliada). São Paulo: HUCITEC, 1991.

pode ser melhor compreendida, o que remete à compreensão do modo de produção e as contradições desse processo.

Em fins da década de 1970, emergem debates que se constituem em uma terceira vertente interpretativa sobre o modo de produção existente no Brasil Colônia, quando Jacob Gorender, passa a questionar tanto a existência do feudalismo no Brasil quanto a aceitação de que o Brasil já era capitalista, nessa ocasião. Assim, lança as bases que o fez defender a existência de um modo de produção escravista colonial, esboçado no livro *O Escravismo Colonial*, de 1978.

Para Gorender (1994), foi, portanto, no bojo da produção escravista que foram formadas as bases em que se deu a acumulação originária do capital, para o início do capitalismo no Brasil. Contrariando as abordagens que concebem uma interligação entre a formação socioeconômica brasileira com base no feudalismo existente na Europa, o autor aponta para a existência de um modo de produção escravista colonial – cujas especificidades históricas não podem ser confundidas com o feudalismo existente nos países europeus.

Gorender (1994) se opõe a ideia de que é a sobrevivência dos “resquícios” feudais e semif feudais no campo brasileiro que se constituem em obstáculos econômicos a penetração do capitalismo na agropecuária nacional – as possibilidades de avanço das forças produtivas. Contraria ainda a concepção de que o capitalismo se estabelece no Brasil junto com o processo de colonização, já que não tinham sido ainda criadas às condições históricas para o seu desenvolvimento, que só seria possível por meio de um processo de acumulação originária do capital, o que se constitui em um processo:

[...] pré-capitalista ou não-capitalista de acumulação de meios de produção e de meios monetários, fora do funcionamento especificamente próprio do modo de produção capitalista, [...] a acumulação originária de capital é uma acumulação de capital por meios não-capitalistas, não próprios do modo de produção capitalista (GORENDER, 1994, p. 19-20).

Outra condição essencial seria a liberação da força de trabalho dos vínculos jurídicos e patrimoniais, tornando-a uma força de trabalho despossuída e apta a “livre” contratação assalarial, portanto, incompatível, inicialmente, às condições dos escravos e servos. Destaca ainda que o desenvolvimento do capitalismo requer:

[...] um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas, o que significa, precipuamente, a dissolução da economia natural e o incremento da divisão social do trabalho – sob as condições da propriedade privada dos meios de produção, com a expansão conseqüente de valores de uso que adquirem a forma de valores de troca (GORENDER, 1994, p. 20).



Por meio dessas condições para o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, é que se pode entender o fim da “escravidão” ou a crise do trabalho servil e a introdução da força de trabalho “livre”, bem como o controle da terra, o que precisava ser institucionalizado, a fim de que pudessem ser criadas as condições necessárias à manutenção da exploração do trabalho, já que não tendo “legalmente” o direito à terra, nem aos instrumentos de trabalho, o trabalhador via-se obrigado a trabalhar com base no novo regime – o trabalho assalariado. Por outro lado, a introdução do trabalho assalariado não destrói outras relações de trabalho baseadas em relações ditas não capitalistas de produção<sup>4</sup>, como os parceiros, meeiros, e outros; o que demonstra uma das contradições fundamentais para se entender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Sobre isso Gorender (1994) deixa claro que apesar do estabelecimento das condições para a consolidação do capitalismo no Brasil, esse não extingue as possibilidades da permanência de relações sociais e de produção desenvolvidas em outros modos de produção, entretanto, o capitalismo se relaciona com outros modos de produção – a fim de espoliá-los.

[...] o capitalismo, no seu relacionamento com outros modos de produção, vai mudando; se num certo momento precisa de modos de produção pré-capitalistas para acumular capital, para crescer, em outro momento, já acrescido, já amadurecido, com outra tecnologia mais avançada, o que interessará a ele será dissolver esses modos de produção pré-capitalistas e reorganizar suas forças produtivas à maneira capitalista, ao que nós também já estamos assistindo no Brasil, ao menos em parte (GORENDER *apud* STÉDILE, 1994, p. 19).

Nessa perspectiva é que se pode buscar entender no Brasil a permanência de outras relações de produção como meeiros e parceiros – cuja base é o próprio “modo de produção escravista colonial” – com a propriedade latifundiária, e o processo de permanência dos camponeses no campo brasileiro, da figura do camponês – baseado na produção de pequenos cultivadores não-escravistas, consideradas por Gorender (1994) “formas camponesas independentes”, mas que, posteriormente, passam a ser subordinadas – como força de trabalho – utilizada pelo modo de produção capitalista, a fim de se reproduzir.

<sup>4</sup> Expressão utilizada por MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Editado por Friedrich Engels, 1894. Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984. LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica; Apresentação de Paul Singer; Traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Os Economistas). No Brasil, autores como MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998 e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001, também em seus estudos sobre o campo brasileiro, apontam para a existência de relações desse tipo em diversas regiões do país.

A permanência de relações não necessariamente assalariadas no campo brasileiro, associada às relações do tipo assalariadas ocorre, portanto, ao mesmo tempo, como expressão concreta de uma mesma formação social; entretanto ainda conforme destaca Gorender, tomando por base a análise de Marx, um modo de produção é predominante, nesse caso o capitalismo. Ao tratar do processo de formação dos cafezais paulistas Gorender (1994) chama a atenção para a figura do empreiteiro, que junto com sua família desbravava a terra, destocava, limpava, plantava as sementes e durante o período de quatro a seis anos plantava gêneros de subsistência como: feijão, milho, arroz e outros. Com isso, conseguia garantir a reprodução da família nesse período. Passados esses anos o cafezal e todo trabalho acumulado nele passava a pertencer ao proprietário. Assim, o fazendeiro não precisava despende nenhum capital para a formação do cafezal, nem pagamento da força de trabalho, aumentando suas possibilidades não apenas de extração da renda, mas também do lucro.

O mérito da análise de Gorender consiste no fato desse buscar dar visibilidade às outras formas de relação de produção e de organização social que não as relações meramente assalariadas, demonstrando a existência de uma massa de agricultores pobres que já existiam no território e que precisam ser consideradas. A discordância com o autor é no sentido de se considerar tais relações de produção e formas de organização social como produto de um modo de produção escravista colonial. Para nós estas relações são reproduzidas pelo próprio capitalismo, e sua forma de desenvolvimento no país. Como ele igual e contraditoriamente necessita de relações não necessariamente capitalistas para se reproduzir –, ao mesmo tempo, reproduz e se apropria de formas de produção com base em outros tipos de organização social. Daí, portanto, pode-se buscar o entendimento não apenas da permanência, mas também da subordinação de relações não capitalistas de produção – por meio do qual se pode compreender o processo de reprodução camponesa no Brasil, como uma realidade contraditória do modo produtivo dominante.

Aceitar a leitura de Gorender significaria reconhecer que o campesinato foi produzido e reproduzido pelo modo de produção escravista colonial, e existe hoje como resquícios desse modo de produção, e não enquanto produto contraditório e necessário a própria reprodução do capital. Para Gorender o que define são as relações de trabalho, e não o modo de produção, uma vez que a Europa já era capitalista, tão logo, no Brasil, as relações de exploração representavam formas de exploração nos moldes capitalistas, fundamentais a acumulação capitalista europeia.

Este desenvolvimento contraditório ocorre através de formas articuladas pelos próprios capitalistas que se utilizam dessas relações de trabalho para não terem que investir na contratação de mão-de-obra uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo que, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho desses trabalhadores parceiros ou camponeses, convertendo-a em



mercadoria, vendendo-os, portanto, e ficando com o dinheiro, ou seja, transformando em capital (OLIVEIRA, 1994, p. 46).

Um exemplo de apropriação da renda da terra por meio de relações não capitalistas no campo, mas fundamentais à reprodução do capital é apontada por Santos (2003), nos laranjais baianos e sergipanos quando os camponeses trabalham nas terras do proprietário, plantando pés de laranja e, entre as fileiras, cultivando produtos destinados à sua subsistência – feijão, mandioca, milho e outros – durante os quatro primeiros anos da produção. Passado esse período, o trabalhador entrega o laranjal, com todo seu trabalho acumulado ao proprietário, que se apropria do produto gerado pelas mãos do trabalhador, que adquire ainda a vantagem de não despender recursos com o pagamento da força de trabalho assalariada. Com relação ao trabalhador esse segue sua “odisseia” trabalhando na produção de novos laranjais, a serem novamente apropriados, para o mesmo proprietário ou para outros.

Tais exemplos se multiplicam no campo brasileiro e espelham o modo contraditório que o capitalismo se desenvolve no país, criando indicativos para se analisar os conflitos de classes no campo o que, por outro lado, reverte-se em possibilidades para se pensar também o processo de reprodução camponesa. Além disso, os camponeses passam, organizados em Movimentos Sociais ou não, a lutar pela terra – o que se expressa nos conflitos entre posseiros e proprietários, por via da ocupação de terras devolutas ou improdutivas, cujos exemplos no campo brasileiro tomam uma dimensão importante no entendimento do acirramento da luta de classes, *versus* os interesses dos proprietários e capitalistas no controle privado da terra, e nas formas diversas de extorquir renda da terra e lucro, através da sujeição da renda da terra e da subsunção do trabalhador.

Na Geografia, Oliveira (1998), ao analisar estudos existentes sobre a agricultura brasileira, enfatiza as vertentes do pensamento marxista e suas diferentes formas de interpretação, assumindo a perspectiva de análise das contradições segundo a qual o capital se desenvolve no país, permitindo a reprodução e apropriação do produto do trabalho camponês por esse.

[...] A compreensão do papel dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil em particular é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então, continuar-se-á ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, [...], entretanto, eles [...] continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil. [...]. Se a tese da extinção do campesinato, de fato tivesse capacidade explicativa, estes posseiros deveriam ter se tornado proletários. Mas não foi isso o que ocorreu. Eles, os camponeses ao invés de se proletarizarem, passaram a luta para continuarem sendo camponeses (OLIVEIRA, 1998, p. 06).



Assim, considera que o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no território brasileiro é contraditório e combinado, o que quer dizer que ao mesmo tempo em que esse avança reproduzindo relações tipicamente capitalistas (o trabalho assalariado, a exemplo do bóia-fria) produz também, igual e contraditoriamente, as relações camponesas de produção (como o aumento do trabalho familiar no campo). Aponta ainda as possibilidades de enfrentamentos realizados historicamente pelos camponeses, dando visibilidade a esses sujeitos históricos, não os considerando sujeitos inertes, desprovidos de organização política. A ênfase no papel político do campesinato constitui-se como objetivo central de parte dessas análises e se expressa, sobretudo, na luta pela terra implementada pelos movimentos sociais, através das ocupações, e pressionando o Estado no sentido de realizar a reforma agrária no país.

No que se refere especificamente à reforma agrária é fundamental destacar que para parte da bibliografia consultada essa não se constitui na vitória final, para os camponeses e trabalhadores assalariados, cuja questão central seria a socialização dos meios de produção e dos instrumentos de trabalho, além da terra, mas, por outro lado, a realização da reforma agrária (ainda que se carregue um ranço reformista e não revolucionário) seria considerável, na medida em que permitiria o acesso à terra a milhares de camponeses e trabalhadores assalariados – que por não disporem da terra acabam entregando todo seu trabalho aos proprietários e capitalistas. Sem dúvida a luta pela terra vem permitindo um acirramento da luta de classes no campo brasileiro, mas é preciso ter claro que a bandeira da reforma agrária tem seus limites e não permite, por si só, uma transformação significativa, quando essa não vem acompanhada de outras mudanças estruturais fundamentais a sociedade, na perspectiva da superação da sociedade de classes.

A luta dos camponeses sem-terra e dos trabalhadores assalariados pela terra pressiona o Estado a intervir no campo brasileiro, no entanto a reforma agrária (ainda que reformista) encontra-se longe de concretizar-se. Na realidade o que se verifica é uma política de assentamento de população, que se encontra muito distante da promoção de uma transformação significativa no campo brasileiro. Apesar disso, não se pode menosprezar a força política dessas classes dominadas em seu enfrentamento com as classes dos capitalistas e dos proprietários fundiários. Por outro lado, o Estado atua de forma paliativa, com o objetivo de minimizar os conflitos no campo, mas em nenhum momento promove uma ação efetiva de alteração da estrutura fundiária brasileira, o que significaria mexer nos interesses das classes dominantes.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou refletir sobre os variados discursos explicativos sobre o campo brasileiro, no âmbito da esquerda intelectual brasileira, apontando ainda um certo descrédito para com os sujeitos camponeses e, em contraposição a essa análise, uma possível atuação política desses no enfrentamento entre classes antagônicas no campo, bem como na sociedade como um todo.

Para tanto retomou as três principais linhas de investigação sobre o processo de formação social e econômica brasileira em que o campo é analisado, destacando o viés que defende que no Brasil colonial o modo de produção dominante era o feudalismo, fato que era defendido por autores como Alberto Passos Guimarães, como uma condição de traços em superação na realidade europeia, que reproduzia, em suas colônias, essas formas mais atrasadas como necessárias ao seu processo geral de acumulação. A essa leitura, confronta-se a análise que considera que o Brasil cumpriu papel fundamental no processo de acumulação capitalista global, em que a reprodução de relações não capitalistas é reproduzida e apropriada para a expansão de capital. Essa leitura tem em Caio Prado Junior um de seus principais expoentes. Por fim, reporta-se à leitura apresentada por Jacob Gorender, ao considerar que o que explicaria a reprodução dessas relações não capitalistas de produção, seria a compreensão do que se tinha no Brasil Colônia era a reprodução de um modo de produção escravista colonial.

Partindo de uma leitura sobre a realidade mais atual existente no campo brasileiro, nos sustentamos no debate apresentado por Caio Prado Junior, compreendendo que a reprodução das relações não capitalistas de produção é fundamental para explicar o processo de reprodução histórica desses sujeitos no campo. No entanto, ancorando-se em Martins, acata-se que esses sujeitos não desapareceram com o avanço do capitalismo, como acreditava Prado Jr (1987), mas se reproduzem no capitalismo mais moderno, e se concretizam na reprodução de centenas e milhares de sujeitos que vivem da terra, ou que lutam por essa, via movimentos sociais, como forma de se reproduzir no campo. Reafirma-se, portanto, o caráter contraditório do desenvolvimento do capitalismo no campo, no Brasil, e a atualidade histórica da luta política dos camponeses.

Acrescenta-se a essas análises, a retomada dos movimentos sociais de luta pela terra na América Latina e no Brasil, nas últimas décadas, e esse novo significado político que o campesinato passa a assumir, sobretudo nos processos de ocupação de terras, interferindo, muitas vezes, nos interesses dos grandes proprietários fundiários e empresas capitalistas que atuam no campo; e que embora a luta pela reforma agrária imponha limites estruturais à ação mais radical, traz a nu as

contradições existentes no campo brasileiro, evidenciando a atualidade da luta e do conflito estabelecido, historicamente, entre classes antagônicas.

## REFERÊNCIAS

- COSTA, E. Vioti da. **Da Senzala à Colônia**. 2ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994. 322p.
- \_\_\_\_\_. **O Escravismo Colonial**. 4ª ed. São Paulo: Ática, [1978], 1985.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. **A Crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LENIN, Vladimir I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria**. Tradução de José Paulo Netto; revisão, com base no original russo, por Paulo Becerra; introdução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).
- LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**; Anticrítica; Apresentação de Paul Singer; Traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Os Economistas).
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. 3ª ed. (Revista e Ampliada). São Paulo: HUCITEC, 1991.
- \_\_\_\_\_. **O poder do atraso. Ensaio de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- \_\_\_\_\_. **O Cativo da Terra**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 157p.
- MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Editado por Friedrich Engels, 1894. Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- \_\_\_\_\_. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. Caindo por terra: um debate historiográfico sobre o universo rural do Brasil dos oitocentos. In: **Revista Lutas & Resistências**. Dossiê: Dimensões da questão agrária no Brasil. V. 1. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, setembro de 2006.



OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994. 322p.

\_\_\_\_\_, **As Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro**. Prova do Concurso para provimento de cargo de Professor Titular. FFLCH-USP, 03/03/1998.

\_\_\_\_\_, **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PALÁCIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil. Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)**. Tradução de Walter Sotomayor. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004. 380p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

\_\_\_\_\_, **Formação do Brasil Contemporâneo**. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

\_\_\_\_\_, **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

\_\_\_\_\_, **A Questão Agrária no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. **Relações de Produção e Modificações Sócio-espaciais no Centro-Sul de Sergipe e Litoral Norte da Bahia a partir da citricultura (1960-2003)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil 1500-1820**. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife: Companhia Editora Nacional, 1937.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Burguesia Brasileira**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

\_\_\_\_\_, **Formação Histórica do Brasil**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1962.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994. 322p.

\_\_\_\_\_, (Org.). **A Questão Agrária no Brasil 1. O debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2004, 304p.

\_\_\_\_\_, (Org.). **A Questão Agrária no Brasil 3. Programas de reforma agrária: 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005a, 240p.

VINHAS, Maurício. Problemas Agrário-Camponeses do Brasil – 1968. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil 1. O debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, 304p.

Recebido em 16 de Dezembro de 2017  
Aprovado em 06 de Dezembro de 2019

